



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
BELÉM – PARÁ – BRASIL
04 a 07 de novembro de 2015
ISSN 978-85-89097-68-0**

**O CURSO DE FORMAÇÃO DOCENTE EM MATEMÁTICA DA
UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL**

**Paulo Roberto Castor Maciel⁵⁰⁴
Tereza Fachada⁵⁰⁵**

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o curso de formação de professores secundários de Matemática da Universidade do Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro, durante a década de 1930. O objetivo é apresentar o curso, identificando suas características, o perfil dos alunos e, também, uma tentativa de identificar os egressos do curso. Esta escolha deveu-se pelo caráter pioneiro do curso no cenário educacional brasileiro. Este é um trabalho de pesquisa histórica, que recorreu a diversas fontes, como a legislação, teses, artigos e os arquivos da UDF localizados no Centro de Memória do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (CEMI/ISERJ). A partir das fontes consultadas, foi possível perceber características como o fato de que mais da metade dos alunos que se matricularam no curso possuíam nível superior, bem como muitos deles eram engenheiros formados pela Escola Politécnica. Também foram identificadas, para posterior investigação, lacunas sobre o curso em questão.

Palavras-chave: UDF. História da Educação Matemática. Formação Docente.

INTRODUÇÃO

O processo de institucionalização da universidade no Brasil aconteceu após a revolução de 1930. Esse novo modelo de instituição superior, surgiu no Distrito Federal e

⁵⁰⁴ Doutorando do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca -- CEFET/RJ, Campus Maracanã. E-mail: prcastor@hotmail.com

⁵⁰⁵ Docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca -- CEFET/RJ, Campus Maracanã. E-mail: fachada@gmail.com

em São Paulo, a partir da Reforma de Francisco Campos, com leis que determinavam a criação das faculdades de filosofia nas universidades, tendo em vista que o modelo anterior adotado no país, criava instituições com a união de escolas pré-existentes. Neste contexto, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, a partir da reunião da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e da Faculdade de Direito. Em 1934, foi a vez da Universidade de São Paulo, criada também pela justaposição de instituições pré-existentes; no entanto, esteve na vanguarda do processo educacional, por desenvolver iniciativas para promover a articulação entre os institutos, por intermédio da recém-criada Faculdade de Filosofia.

Outra iniciativa que também é considerada um marco na História da Educação Brasileira foi a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), uma vez que esta instituição apresentava-se com vocação científica e estrutura diferenciada das demais universidades existentes no país (FÁVERO, 2006). Na visão de autoras como Fávero (2006) e Mendonça (2000), as discussões realizadas pela Academia Brasileira de Educação (ABE) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) durante a década de 1920, defendiam a criação de uma instituição voltada para o desenvolvimento de pesquisa científica pura ou desinteressada, que foram materializadas com a criação da UDF. Desta maneira, seu processo de criação rompia com o modelo de universidade implantada na década de 1920, que consistia da simples união de outras escolas de ensino superior, sem que necessariamente houvesse articulação entre elas. A estrutura da UDF era diferente, tendo em vista que não possuía as tradicionais escolas profissionalizantes (engenharia, medicina e direito), e era constituída por faculdades, como a escola de Ciências e Escola de Educação. (Mendonça, 2000)

A UDF, apesar do breve período de existência, entre 1935 e 1939, foi capaz de demonstrar uma proposta vanguardista, por ser uma universidade preocupada com a formação de professores e por ter promovido a articulação entre os seus institutos e escolas.

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o curso de formação de professores secundários de Matemática da UDF, na cidade do Rio de Janeiro durante a década de 1930. O objetivo é apresentar o curso, identificando suas características, o perfil dos alunos e, também, uma tentativa de identificar os egressos do curso. Esta escolha deveu-se pelo caráter pioneiro do curso no cenário educacional brasileiro. As fontes consultadas foram: legislação, como por exemplo, o decreto de criação da UDF e a que

envolve a reforma Francisco Campos; o arquivo da instituição, localizado no Centro de Memória do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (CEMI/ISERJ), além de teses e artigos sobre a UDF.

Esta investigação se insere no campo da história cultural que, segundo CHARTIER (2002), “*tem como objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler*” (p.6). Para a realização de tal tarefa segundo o referido autor é necessário percorrer vários caminhos, dentre eles o de classificação das categorias de percepção e apreciação do real. Além disso, apesar das representações sociais serem construídas e induzirem a uma universalidade de diagnóstico, esta representação estará sujeita ao interesse dos grupos que estão realizando a pesquisa (CHARTIER, 2002). Assim, o olhar que será construído a partir desta investigação está vinculado, especialmente, ao campo da História da Educação Matemática. Segundo GARNICA & SOUZA (2012) tal campo exerce uma relação entre: história, educação e matemática, e tem o papel de compreender as alterações e permanências nas práticas relativas ao ensino e à aprendizagem de Matemática; dedica-se a estudar como as comunidades se organizavam para produzir, usar e compartilhar conhecimentos matemáticos e como, afinal de contas as práticas do passado podem – se é que podem – nos ajudar a compreender, projetar, propor e avaliar as práticas do presente (GARNICA & SOUZA, 2012, p. 27).

Com relação à produção histórica, VALENTE (2007) afirma que “nada de fazer afirmações sem provas, isto é, não há história sem fatos” tais fatos são sem dúvida, constituídos a partir dos vestígios deixados, e o trabalho do historiador deve ser feito de maneira a construir os fatos a partir dos traços deixados pelo passado. Vale ressaltar ainda que as fontes são peças importantes para a elaboração dos chamados fatos, pois a partir de tais recursos que se estruturarão a respostas das questões previamente levantadas. Desta maneira, o ofício do historiador da educação matemática é “como todo historiador, [tem] a tarefa de produzir fatos históricos [onde a] sua especificidade é a elaboração de fatos históricos relativos ao ensino da matemática” (2007, p.49)

A respeito das fontes históricas, VALENTE (2007) considera que os arquivos escolares são verdadeiros mananciais de documentos a serem analisados e que nos permitem investigar as práticas da educação matemática do passado e a construir a história da educação matemática. O arquivo do ISERJ apresenta 22 fichas de alunos inscritos no processo seletivo, tais fichas são separadas por pastas que contem um pouco da vida dos

estudantes que se matricularam no curso. Além dos arquivos o decreto de criação e os decretos da chamada reforma Francisco Campos irão compor as fontes primárias da nossa pesquisa e as teses, artigos e livros sobre a UDF serão nossas fontes secundárias com informações sobre a instituição que já foram identificados em outros artigos ou que apresentam uma análise sobre a instituição.

O CENÁRIO HISTÓRICO

A Universidade do Distrito Federal surge no cenário pós Revolução de 30, durante o governo provisório de Getúlio Vargas. Dentre as ações promovidas pelo governo estava o combate as oligarquias, especialmente as cafeicultoras, que durante a Primeira República utilizavam o poder central em favor dos interesses particulares, por exemplo, na compra da produção de café pelo Estado. A instituição surge num cenário, onde a Igreja se aproximava do governo central oferecendo apoio em troca da aprovação das chamadas emendas religiosas na Constituição de 1934 (Schwartzman, Bomeny e Costa, 2000). E com isso, opunham-se às ideias progressistas que estavam sendo implantadas na prefeitura do Distrito Federal, sendo taxadas como ações comunistas e/ou socialistas. O governo Vargas adotou medidas que acirraram as ações intervencionistas e centralizadoras, que negavam o princípio federalista do país, implantado na Primeira República, e que garantia autonomia aos Estados para as decisões sobre educação.

Uma das primeiras ações desenvolvidas no campo educacional pelo governo Vargas, foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como seu primeiro representante Francisco Campos, que promoveu uma grande reforma educacional e instituiu, em 1931, o Estatuto das Universidades Brasileiras com o decreto de número 19851, que estabelecia normas de criação e funcionamento das instituições de ensino superior. Segundo Mendonça (2000) o referido decreto, recebeu críticas por parte de um grupo de intelectuais da ABE, que acreditavam que a universidade deveria ter autonomia para a produção de ciência desinteressada. O modelo também não agradou ao grupo católico, que acreditava ter um teor laico e centralizador. Em 1935, assume a pasta da Educação Gustavo Capanema, que tinha íntima associação com setores conservadores da Igreja (Schwartzman, et al, 2000), e se opôs à UDF desde a sua criação (Mendonça, 2000), tendo em vista que a instituição foi idealizada por Anísio Teixeira.

Durante a década de 1930, Educação foi a palavra de ordem nas discussões da ABE e ABC. Em 1932, surge o Movimento dos Pioneiros da Educação que lutavam por questões fundamentais como educação pública, universal e gratuita, igualdade de oportunidades. Na Era Vargas, educação também passou ser assunto de governo e com isso vieram as reformas e legislações sobre ela.

Durante o governo provisório, na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Vargas indicou como interventor Pedro Ernesto, que após 1934 se tornou prefeito eleito da cidade. Seus principais focos de atuação estavam direcionados à Educação e à Saúde, e neste período, que nomeou Anísio Teixeira como secretário de Educação, o qual foi o responsável pelas reformas feitas desde a Educação Infantil até a Superior. Em 1935, Pedro Ernesto se aproxima da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização esquerdista que possuía caráter antifascista e anti-imperialista. Desta maneira, o Governo Vargas perseguiu o prefeito do Distrito Federal e, por ter sido considerado comunista, foi preso. Suas políticas educacionais também foram interpretadas como comunistas e Anísio Teixeira, abdicou do cargo de Secretário de Educação do Distrito Federal.

A CRIAÇÃO DA UDF

A UDF foi instituída pelo decreto de número 5513 de 4 de abril de 1935 do Distrito Federal, pelo então prefeito Pedro Ernesto. O artigo 2 desse decreto identifica como finalidades da nova instituição: promoção e estímulo à cultura com vistas ao aperfeiçoamento da comunidade brasileira; possibilitar a pesquisa científica, literária e artística; ser um centro formador de técnicos e profissionais de áreas relacionadas de suas escolas e institutos; ser responsável pela formação de professores dos diferentes níveis de ensino, fazer a propagação dos novos conhecimentos científicos e artísticos através do ensino regular ou por meio da extensão popular.

Anísio Teixeira foi o idealizador do projeto da UDF e, segundo Fávero (2008), sua preocupação era com a formação de intelectuais para o país, mas Mendonça (2002) afirma que a instituição se tornou uma universidade de professores.

A referida universidade era constituída pelas seguintes escolas e institutos: Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras, Instituto de Artes, Escola de Educação e Instituições complementares (artigo 3 do decreto 5513). As

instituições complementares serviam “para experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão cultural” (Distrito Federal, 1935, art. 3). As instituições que faziam parte deste quadro eram: Biblioteca Central de Educação, Escola-Rádio, Escola Secundária do Instituto de Educação, Escola Elementar do Instituto de Educação; Jardim de Infância do Instituto de Educação, uma escola secundária técnica, uma escola elementar experimental, escola maternal experimental, laboratórios e clínicas dos hospitais do Distrito Federal (artigo 9).

O funcionamento da UDF acontecia em diversos locais, sendo que a Escola de Educação e a reitoria da instituição ficavam localizadas no endereço do Instituto de Educação, na Rua Mariz e Barros número 277. Os outros institutos foram instalados precariamente em salas emprestadas, de locais como da Escola Superior de Agricultura, Museu Nacional, Departamento Nacional de Tecnologia, Escola Politécnica do Rio de Janeiro além de escolas municipais. Além disso, utilizavam os laboratórios da Universidade do Rio de Janeiro (VICENZI, 1986; LOPES, 2009).

Os cursos oferecidos inicialmente pela instituição eram: habilitação ao magistério primário geral e especializado; habilitação ao magistério secundário; habilitação ao magistério normal, administração e orientação escolar; extensão e continuação para professores; especialização em ciências médicas; auxiliares de medicina e técnicos de laboratórios; enfermagem e visitadoras; ciências matemáticas, físico-químicas e biológicas; ciências sociais; administração e funcionalismo; diplomática; direito; economia; estatística; serviços sociais; Filosofia e história do pensamento; Filosofia, literatura e sua história; jornalismo e publicidade; biblioteconomia, arquivo e museus; filosofia e história da arte; música geral e aplicada; desenho e pintura; escultura; artes plásticas; cinematografia coreográfica e dramática; e arquitetura paisagista. Ao todo eram 27 cursos oferecidos pela instituição.

Com relação ao corpo docente, era constituído pelas seguintes categorias: professores chefes; professores; assistentes; auxiliares de ensino; professores contratados; livres docentes; e outras categorias, de acordo com a natureza particular do ensino em cada instituto universitário. A escolha dos professores ficava a cargo do reitor, os professores deveriam ser contratados pela competência na matéria, no país, ou no exterior.

Com relação ao número de alunos matriculados nos anos de 1935 e 1936, organizou-se uma tabela com dados de dois autores Lopes (2009) e Paim (1981), que

forneem o número de alunos por escolas e na instituição ao todo, como se percebe na tabela a seguir:

Tabela 1- Número de alunos da UDF

	Números de alunos 1935 (LOPES, 2009)	Números de alunos 1936 (PAIM, 1981)
Escola de Ciências	106	109
Escola de Economia e Direito	54	58
Escola de Filosofia e Letras	25	38
Escola de Artes	77	67
Escola de Educação	262	149
Total UDF	530	400

Considerando a tabela anterior, constata-se que o número de alunos na instituição diminuiu, e que a escola de Educação foi a que mais sofreu com isso. Tal fato pode ter sido marcado pelos acontecimentos que se deram nos meses finais de 1935, com Anísio Teixeira se afastando do cargo da prefeitura do Distrito Federal, e no decorrer do ano de 1936 com a prisão e demissão de professores da UDF (Fávero, 2008). É muito provável que esse fato tenha impactado no número de ingressantes da instituição daquele ano. Lopes (2009) relata que a situação era extremamente difícil, e que a evasão dos alunos foi causada pelo momento político da época e da insegurança causada pela instabilidade que ameaçava a continuidade da universidade. Apesar das perdas no seu corpo docente, assumiu a reitoria naquele ano, Afonso Penna Junior, que contribuiu para que a instituição não fechasse as portas naquele ano (Paim, 1981).

Na UDF, foram oferecidas as seguintes possibilidades de matrícula: a) alunos regulares, b) alunos avulsos e c) alunos livres. Na primeira modalidade, os alunos deveriam possuir certificado de ensino secundário e serem aprovados no processo seletivo, além de realizarem a matrícula na instituição. Na segunda modalidade, os alunos preenchiam os quesitos para acesso a instituição, mas se matriculavam apenas em disciplinas isoladas. Já na terceira modalidade de matrícula, os alunos que não possuíam certificado do ensino secundário, mas que haviam sido aprovados no processo seletivo da instituição, podiam cursar disciplina isolada, recebendo no final um certificado de extensão (Pinto, 2009, p. 86).

O CURSO DE MATEMÁTICA DA UDF

A Escola de Ciências possuía três seções: Ciências Matemáticas, Ciências Físicas e Ciências Naturais. Além disso, era responsável pelos seguintes cursos: Ciências Matemáticas; Ciências Físicas; Ciências Químicas; Ciências Naturais; Cursos de formação de professores secundários para as disciplinas de Matemática, Físicas, Química e História natural.

A formação dos professores secundários da UDF era dada em três anos. E para a realização da matrícula no curso de professor de Matemática, era necessário curso secundário fundamental, além de exames vestibulares das seguintes disciplinas: Complementos de Álgebra, Álgebra Superior, Noções de Geometria Descritiva e elementos de Geometria Analítica; e Física.

Analisando o decreto número 19890, de 1931, da reforma Francisco Campos, percebe-se que o ensino secundário possuía duas etapas: uma fundamental e a complementar. A segunda era necessária por quem fosse dar prosseguimento aos estudos, ou seja, para o ensino superior, e as disciplinas dessa etapa complementar eram dadas pelas áreas de escolha do aluno para o ensino superior: jurídico, engenharia e arquitetura, saúde e Faculdade de ciências e artes.

Segundo Dassie (2009), os documentos exigidos para ingressar na UDF, em 1938, eram: a) certidão de idade mínima de 17 anos; b) certidão de identidade ou documento equivalente; c) atestado de idoneidade moral; d) atestado de vacinação ante- varíola; e) certificado de conclusão de curso secundário fundamental regular, ou diploma de professor normalista reconhecido pelo Distrito Federal ou pelo Estado que o tiver expedido; e f) recibo de pagamento de taxa de inscrição. De acordo com as fichas de inscrição dos alunos, para o ingresso na instituição, exigia-se do candidato ao processo seletivo apenas um documento, o de que cursou o ensino secundário fundamental ou equivalente (Dassie, 2009).

Ou seja, a reforma de 1931 não foi implementada na instituição de ensino, porque não exigia o diploma do curso complementar. Outro fato que é possível perceber, ao se analisarem as fichas, é que os candidatos que tivessem sido aprovados em instituição superior com as mesmas disciplinas do “vestibular” pretendido, eram dispensados dos exames para ingresso na instituição. Além disso, todos os candidatos que tivessem cursado engenharia ou arquitetura também tinham dispensa dos exames de ingresso.

De acordo com os dados encontrados no arquivo do ISERJ, a UDF cobrava uma taxa de inscrição no valor de vinte mil réis, e uma anuidade de duzentos mil réis entre os anos de 1935 e 1938. As instituições de ensino superior federal cobravam mensalidades, o que certamente limitava o acesso ao ensino superior naquela época. Além disso, muitos alunos já tinham ensino superior, cursado em outras instituições, com taxas mais caras do que a UDF, caracterizando seu pertencimento às classes média e alta, onde se encontrava a elite intelectual do país.

Os cursos de formação docente da Escola de Ciências, se articulavam com a Escola de Educação, que surgiu a partir da incorporação do Instituto de Educação, criado com a extinção da antiga Escola Normal do Distrito Federal, pelo decreto número 3810, de 19 de março de 1932. Na época em que o Instituto fora criado, Anísio Teixeira exercia a função de diretor da Instrução pública do Distrito Federal. O artigo 4 do decreto de criação da UDF, sinaliza que as finalidades da Escola de Educação eram a formação do magistério e a função de centro de documentação e pesquisa para formação de uma cultura pedagógica.

O curso de formação docente para Matemática era oferecido em conjunto pela Escola de Ciências e pela Escola de Educação. Sua duração era de três anos, e contava com três núcleos de disciplinas: Curso de Conteúdo, sob a responsabilidade da Escola de Ciências; Curso de Fundamentos e Curso de Integração Profissional, de responsabilidade da Escola de Educação. Para Dassie (2008), a UDF foi importante para o processo de institucionalização da formação docente para a disciplina de Matemática.

As disciplinas do curso de formação de professores de Matemática, se encontram no documento Instruções nº3 da UDF, as quais organizaram-se na seguinte tabela:

Tabela 2- Grade do Curso de Formação Docente em Matemática

1º ANO	2º ANO	3º ANO
<p>Cursos de Conteúdo (10 horas semanais):</p> <p>a) Matemática b) Física</p> <p>Cursos de fundamentos (5 horas semanais):</p> <p>a) Inglês ou Alemão (facultativo) b) Desenho</p>	<p>Cursos de Conteúdo (10 horas semanais)</p> <p>a) Matemática b) Física</p> <p>Cursos de Fundamentos (6 horas no 1º período e 3 horas no 2º período):</p> <p>a) Biologia Educacional (1º período) b) Sociologia Educacional (2º período)</p>	<p>Cursos de Conteúdo (5 horas semanais):</p> <p>a) Matemática (1º período) b) História e Filosofia da Matemática (1º período)</p> <p>Cursos de Integração Profissional (6 horas semanais, excluídas a prática de ensino):</p> <p>a) Introdução ao ensino</p>

	c) Filosofia (1º período)	(1º período) b) Filosofia da Educação (2º período) c) Psicologia do Adolescente (1º período) d) Medidas Educacionais (2º período) e) Organização e programas de ensino secundário f) Prática de ensino.
--	---------------------------	--

Fonte: Tabela elaborada com base em DASSIE, 2009

Em relação a esta grade, identificam-se como disciplinas de Conteúdo de Matemática: Geometria Analítica, Análise Matemática e Mecânica (UDF, Instruções 1, art. 22). A presença de História e Filosofia da Matemática mostra como essa disciplina tinha certa relevância naquele período. Já as disciplinas educacionais eram oferecidas a partir do 2º ano, em conformidade com as ideias de Anísio Teixeira. A grade do curso apresenta uma preocupação com as disciplinas específicas da área de matemática, fazendo um aprofundamento com a disciplina de Análise Matemática; além disso, havia a integração com as disciplinas pedagógicas e a prática, modelo de licenciatura que difere do que foi implantado posteriormente, em 1939, que consistia em três anos de disciplinas para formação de bacharel, mais um ano de disciplinas pedagógica, conhecido como modelo “3+1”.

O curso contou com professores de grande destaque no cenário nacional, dentre os quais podem ser citados: Lélío Gama, engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde também atuou como professor. Além disso, foi um dos fundadores do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e primeiro diretor desta instituição. Francisco Mendes de Oliveira Castro, engenheiro civil formado pela Escola Politécnica, que atuou como professor da mesma Escola, e trabalhou como professor e diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Euclides Roxo, engenheiro civil formado pela Escola Politécnica, foi professor e diretor do colégio Pedro II, teve participação importante nas reformas Francisco Campos e Capanema, lecionou a disciplina de Prática de Ensino na UDF (DASSIE, 2008). Tais professores deram uma formação consistente para seus alunos e conseguiram contribuir para a institucionalização da pesquisa em Matemática no país, e com certeza contribuíram para a Educação Matemática, ao formarem professores e pesquisadores na área.

O curso da UDF destacou-se pelo modelo institucional diferente do que havia até então e por ter, em seu corpo docente, profissionais voltados ao ensino, mas também à pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento da ciência nacional. O curso apresentava um grau de dificuldade alto com relação às disciplinas. Segundo Paim (1981), no ano de 1936, 40% dos alunos ingressantes em todos os cursos da Escola de Ciências, se evadiram das disciplinas. No caso específico do curso de Matemática, dos 29 inscritos nas disciplinas, apenas 14 realizaram os exames finais do ano letivo de 1936.

Os dados obtidos com as fichas encontradas no ISERJ, revelam que aproximadamente 68% dos que ingressaram no curso tinham nível superior e desses 66% tinham cursado engenharia. Em relação à idade, aproximadamente 20% dos candidatos tinham entre 17 e 19 anos, 57% tinham entre 21 e 30 anos, e 14% tinham entre 31 e 40 anos. Apenas uma, dentre as fichas encontradas, não tinha a idade ou data de nascimento do aluno. Quanto ao gênero, 100% dos estudantes aprovados no processo seletivo eram do sexo masculino. A única candidata encontrada nas fichas de inscrição não conseguiu aprovação, mesmo tentando o ingresso no curso por dois anos consecutivos, em 1936 e 1937.

Quanto ao perfil dos formandos em geral da UDF, segundo Barbosa (1996 apud Pinto, 2009), 63% tinham entre 21 e 30 anos e 14,2% entre 31 e 40 anos; apenas 28,3 % eram do sexo feminino; 67% já estavam inseridos no mercado de trabalho; e 30% do corpo discentes ou já tinha outra graduação ou estava em outro curso.

Comparando com os dados sobre os ingressantes da Escola de Ciências, percebe-se que uma grande parte dos estudantes daquela escola já tinham outra graduação, e muitos deles eram engenheiros. Naquela época, não havia cursos de formação docente em matemática e quem atuava eram os egressos das escolas politécnicas e militares. O Decreto número 19890, de 1931, mencionava que os professores do ensino secundário deveriam ser formados pelas faculdades de filosofia e, no momento em que as faculdades tivessem seus primeiros egressos, haveria a exigência da formação para participar dos concursos para instituições oficiais mantidas pelo governo federal, o que torna possível a hipótese de que este poderá ter sido o motivo para que os alunos procurassem esses cursos. Além disso, o decreto da prefeitura do Distrito Federal de número 5515 de 4 de abril de 1935 indicando que só poderiam ingressar na carreira de professor os egressos da UDF.

Vicenzi (1986) apresenta, em sua pesquisa, a seguinte tabela:

Tabela 3- Número de diplomados da UDF

Unidade	Curso	Número de diplomados		
		Mas	Fem	Total
Faculdade de Economia e Política	Sociologia e Ciências sociais	7	5	12
	História	8	6	14
	Geografia	8	1	9
Faculdade de Ciências	Matemática	11	0	11
	Física	11	0	11
	Química	12	4	16
	Ciências Naturais	17	0	17
	História Natural	1	0	1
Faculdade de Filosofia e Letras	Inglês	5	5	10
	Português	4	1	5
	Latim	2	2	4
Instituto de Artes	Artes do desenho	6	5	11
	Música e canto orfeônico	0	6	6
TOTAL		92	35	127

Fonte: (VICENZI, 1986)

Os dados da tabela 3 foram retirados, segundo a autora, de um documento datilografado da UDF encontrado nos arquivos do ISERJ. Tal informação indica o número de diplomados nos cursos de formação docente secundário, desta maneira, constata-se que o número de egressos do curso de Matemática foi de onze alunos. Nesta pesquisa não foi possível ainda localizar tal documento, o que não surpreende, porque apenas recentemente a documentação começou a ser organizada com a criação do Centro de Memória. Entretanto, em outro documento achado, uma página avulsa em meio às fichas de inscrição de alunos da Escola de Ciências, havia uma listagem com o nome de quinze alunos diplomados no curso de História Natural, que devem ser da modalidade de bacharelado, o que indica um número maior de egressos do curso de formação de docente secundário. Como o papel era de um material muito semelhante ao de outro livro sobre atividades da reitoria, possivelmente foi elaborado pela reitoria da instituição.

Com relação aos egressos do curso de Matemática, na pesquisa preliminar feita nos arquivos, não foram encontrados ainda dados suficientes, o que indica a necessidade de

aprofundar esse aspecto da investigação. No entanto, a partir do trabalho de Dassie (2009), o professor César Dacorso Netto, que lecionou no Colégio São Bento e na Universidade Federal Fluminense, pode ter se graduado no curso da UDF. Além desse, Paim (1981) confirma Weimar Penna, que lecionou Matemática no colégio São Bento, como graduado na UDF.

Segundo Fávero (2009), a partir de 1937, o governo federal se preocupou em adequar a Educação em função das mudanças da época, de radicalidade ideológica. Nesse ano, foi promulgada uma nova Constituição e a ditadura do Estado Novo implantada. Neste período, o então ministro da Educação, Gustavo Capanema, tenta dar à Universidade do Brasil (UB) o caráter nacional, e a existência da UB e da UDF no Distrito Federal, gerava um conflito, tendo em vista o modelo de gerenciamento e de ideologia das duas instituições. No entanto, o ministro percebia a necessidade de uma das instituições assimilar a outra, por causa dos diferentes cursos oferecidos pelas duas universidades. Em 1939, a UDF é extinta por meio do decreto número 1063, de 20 de janeiro e seus cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil, o curso de matemática foi incorporado pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Segundo Paim (1981), alguns alunos que foram transferidos da UDF se diplomaram na nova instituição entre 1939 e 1941.

Quanto aos ex-alunos da UDF, eles tiveram dificuldade para reconhecer a validade dos diplomas junto ao Ministério da Educação, que impôs condições como: os alunos que foram admitidos com dispensa de disciplina no vestibular deveriam se submeter a novas provas nas referidas matérias e todos os diplomados deveriam complementar seus currículos na FNFfi. No entanto, poucos concordaram com essas exigências, tendo em vista que alguns já possuíam nível superior e outros achavam que o ensino oferecido pela FNFfi era inferior ao da UDF (VICENZI, 1986).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UDF se caracterizou por ser uma instituição inovadora na formação docente, seu projeto era baseado nas ideias de Anísio Teixeira, que planejou uma instituição científica pioneira no país. Ao se investigar o curso de docência em Matemática da UDF, percebeu-se que parte dos alunos que se matricularam no curso possuíam nível superior, e que uma parte significativa destes eram engenheiros formados pela Escola Politécnica.

Quanto ao gênero, nas fichas encontradas todos os que se matricularam eram do sexo masculino. O curso contou com professores que atuaram no desenvolvimento da matemática no país, como Lélío Gama. A grade do curso apresentava disciplinas de aprofundamento em disciplinas da Matemática como a Análise, além disso, uma disciplina de História e Filosofia da Matemática também constava no currículo.

Identificaram-se algumas lacunas a serem pesquisadas, como o nome dos formados, e além disso, onde atuaram posteriormente à sua formação na instituição. Outro item importante é sobre a grade curricular, porque se tem informações sobre as disciplinas, mas seria importante identificar o que foi ensinado em tais disciplinas e evidenciar assim o papel da UDF no processo de institucionalização docente em Matemática e como seus egressos contribuíram para consolidar o ensino da Matemática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº. 1.063 de 20-01-1939. Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da UDF para a Universidade do Brasil (publicado no Diário Oficial, seção II, em 2/02/1939)

DASSIE, B. A. (2008). *Euclides Roxo e a constituição da educação matemática no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DASSIE, B. A. (2009). A contribuição de Euclides Roxo para a formação do professor de Matemática da UDF. In: FÁVERO, M.L.A; LOPES, S.C. *A Universidade do Distrito Federal (1935-1939) Um projeto além de seu tempo*. Brasília, Liber Livro, pp.99-128.

DISTRITO FEDERAL. (1934). Decreto nº. 5.000 de 11/07/1934. Consolida legislação sobre Escola Secundária do Instituto de Educação e dá outras providências.

DISTRITO FEDERAL. (1935). Decreto n. 5.513 de 4/04/1935. Institui na cidade do Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências.

DISTRITO FEDERAL. (1938). Decreto nº. 6.215 de 21/05/1938. Reorganiza a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências.

FÁVERO, M. L. A. (2006). A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista*, v. 1, p. 17-36.

FÁVERO, M. L. A. (2008). Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 17, p. 161-180.

FÁVERO, M. L. A. (2009). UDF: Uma Concepção alternativa de Universidade. In: FÁVERO, M.L.A; LOPES, S.C. *A Universidade do Distrito Federal (1935-1939) Um projeto além de seu tempo*. Brasília, Liber Livro, pp.13-44.

GARNICA, A. V. M.; SOUZA, L. A. *Elementos de história da educação matemática*. 01. ed. São Paulo: Coleção Cultura Acadêmica - Editora UNESP, 2013. v. 500.

LOPES, S.C. A escola de Educação como eixo integrador da Universidade. In: FÁVERO, M.L.A; LOPES, S.C. *A Universidade do Distrito Federal (1935-1939) Um projeto além de seu tempo*. Brasília, Liber Livro, 2009. pp.45-68

MENDONÇA, A. W. P. C. (2000). A Universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, v. 14, n.14, p. 131-150.

MENDONÇA, A. W. P. C. (2002). *Anísio Teixeira e a Universidade de Educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

PAIM, A. (1981) – *A UDF e a ideia de Universidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PINTO, D.C. (2009) – A escola de Filosofia e Letras: um projeto em vir-a-ser. In: FÁVERO, M.L.A; LOPES, S.C. *A Universidade do Distrito Federal (1935-1939) Um projeto além de seu tempo*. Brasília, Liber Livro, pp.69-98.

VALENTE, W. R. (2007) – História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. *REVEMAT*, v. 2, p. 28-49.

VICENZI, Letícia. (1986) – A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro, 1986; v. 10, nº. 23, p. 68-85.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. & COSTA, V. M. R. (2000). *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV.